



**RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

WANESKA DE FREITAS XAVIER

**CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: A IMPORTÂNCIA DO
ACOLHIMENTO NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DESENVOLVIDO PELO
IPREDE**

FORTALEZA – CE

2017

WANESKA DE FREITAS XAVIER

**CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: A IMPORTÂNCIA DO
ACOLHIMENTO NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DESENVOLVIDO PELO
IPREDE**

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Ratio - Faculdade Teológica e Filosófica, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Lucili Grangeiro Cortez

FORTALEZA – CE
2017

WANESKA DE FREITAS XAVIER

**CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: A IMPORTÂNCIA DO
ACOLHIMENTO NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DESENVOLVIDO PELO
IPREDE**

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Ratio - Faculdade Teológica e Filosófica, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Data de aprovação: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Prof^a. Dra. Lucili Grangeiro Cortez
Orientadora - Faculdade Ratio

Prof.^a Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes

Prof^a. Esp. Adryana Estácio Trummer

Dedico esta monografia ao meu Deus e à
minha família que é meu alicerce.

AGRADECIMENTOS

Como todo trabalho acadêmico, esta pesquisa é resultado de esforço coletivo, por isso agradeço a primeiramente a Deus, por guiar os meus passos e me consolar em todos momentos difíceis. Seu amor torna a caminhada mais fácil, assim capaz de realizar nossos sonhos.

Aos meus pais Augusto Xavier da Silva (em memória) por ser o meu maior estímulo, pois esse sonho nasceu primeiro em seu coração e Maria Valnedir Teles de Freitas, que com seu esforço, amor e dedicação, contribuíram para que eu tivesse educação como prioridade na minha vida. Essa conquista é também de vocês.

Agradeço, de maneira especial, o meu esposo Elder Bezerra Rodrigues, pela compreensão, incentivo nos momentos de desânimo. Sempre disposto ajudar, muitas vezes deixa de fazer para si e o faz por mim; disponibiliza do seu tempo para me deixar e buscar na Faculdade. Nos momentos mais difíceis não me deixava desistir; contribuiu financeiramente e com palavras e em toda minha vida acadêmica. Muito obrigada!

Aos meus irmãos Ricardo Teles de Freitas e Viviane Teles de Freitas por todo amor e incentivo nesta jornada. Aos meus sobrinhos Joel Junior, Ricardo Filho e a minha sobrinha Valeria Freitas pela compreensão e incentivo. Muito Obrigada!

Às minha amigas e amigos da Turma 314 e 316 pelo apoio e força em todos os momentos da pesquisa, pela amizade de sempre. Em especial, Ana Paula, Bruno, Leagna, Maria Luiza, Mágila, Neyve, Vanessa, Vivian, Vera, que me acolheram com muito carinho e serenidade, depositando em mim uma confiança que foi fundamental na minha formação. Pela amizade de sempre e pelo vínculo que criamos umas com as outras no decorrer dos quatro anos de curso. Somos todas vencedoras. Deus abençoe imensamente a vocês!

Aos meus mestres com a totalidade de 27 docentes, pelo esforço e dedicação que me ensinaram pacientemente, por me estimularem e retirarem o melhor de mim. Foi através de seus ensinamentos que aprendi a importância da ética, do conhecimento. Muito Obrigada.

A todos que fazem parte do IPREDE, em especial Ana Beatriz supervisora de campo, por ter se disponibilizado a repassar todo aprendizado que contribuiu para o meu crescimento profissional. Acolheram-me com muito carinho, compromisso e amizade. Muito obrigada!

À minha orientadora, Dra. Lucili Grangeiro Cortez, por dividir comigo sua sabedoria, contribuindo de forma brilhante para construção deste trabalho. Agradeço pelo compromisso, dedicação, por disponibilizar tempo em meio a tantas atribuições. Você faz parte dessa vitória!

Enfim, agradeço a todos que contribuíram de forma direta ou indiretamente para a realização deste sonho.

“É preciso força pra sonhar e perceber
que a estrada vai além do que se vê.”

Los Hermanos

RESUMO

A primeira infância é a fase fundamental para o desenvolvimento da criança; quanto melhores forem as condições do ambiente e as experiências vivenciadas nesse período, maiores as chances de alcançar o seu potencial e se tornar um adulto saudável, feliz e socialmente integrado. Neste sentido esta monografia, intitulada Criança em situação de vulnerabilidade: a importância do acolhimento no processo de inclusão social desenvolvido pelo IPREDE teve como objetivo observar a importância do acolhimento no processo de inclusão social, destinado às crianças com faixa de 0 a 6 anos em situação de vulnerabilidade no Instituto de Primeira Infância (IPREDE) em Fortaleza-CE. Salientamos que temos como objetivos específicos, identificar as atividades do acolhimento, descrever as ações realizadas no acolhimento e conhecer as medidas assistenciais às crianças acolhidas. Ressaltamos que para a realização da pesquisa utilizamos a metodologia qualitativa de cunho bibliográfico, documental e de observação direta, que nos permitiu ter uma visão maior sobre a temática em estudo. Entendendo que o acolhimento é de fundamental importância no desenvolvimento da criança em situação de vulnerabilidade social, o IPREDE, através de ações humanizadoras visa à integração das crianças e seus familiares nos programas de acolhimento. Ademais, é necessário acrescentar que o acolhimento não se restringe apenas às salas: trata-se de uma atitude que perpassa todos os setores e programas institucionais e visa um atendimento de qualidade.

Palavras-chave: Família, criança; vulnerabilidade; inclusão e acolhimento.

ABSTRACT

Early childhood is the fundamental stage for the child's development; the better the environmental conditions and experiences experienced during this period, the greater the chances of reaching their potential and becoming a healthy, happy and socially integrated adult. In this sense, this monograph entitled "Children in a situation of vulnerability: the importance of acceptance in the process of social inclusion developed by IPREDE" aims to observe the importance of welcoming in the process of social inclusion, aimed at children aged 0 to 6 years in situation of vulnerability in the Institute of Early Childhood (IPREDE) in Fortaleza-CE. We emphasize that we have as specific objectives, to identify the activities of the host, to describe the actions taken in the reception and to know the assistance measures for the children. We emphasize that for the accomplishment of the research we use the methodology qualitative of bibliographical, documentary and direct observation, that allowed us to have a greater view on the subject under study. Understanding that the reception is of fundamental importance in the development of the child in situation of social vulnerability IPREDE, through humanizing actions, aims at the integration of children and their families in the programs of reception. In addition, it is necessary to add the reception is not restricted only to the rooms: it is an attitude that permeates all sectors and institutional programs and aims at a quality service.

Keywords: Family, child; vulnerability; inclusion and Reception.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fachada da Instituição da Primeira Infância.....	32
Figura 2: Canal PI (Canal Primeira Infância).....	32
Figura 3: UNEVE – Unidade de Eventos.....	33
Figura 4: Bazar do IPREDE.....	34
Figura 5: Laboratório de Informática.....	34
Figura 6: Centro de Estudos e Pesquisas do IPREDE.....	35
Figura 7: Centro de Excelência em Nutrição e desenvolvimento da Primeira Infância.....	35
Figura 8: Núcleo de Atenção Primeira Infância Ana Bezerra de Menezes.....	36
Figura 9: Estação Conviver.....	37
Figura 10: Sistematização dos programas do IPREDE.....	38
Figura 11: Sala da Psicomotricidade.....	39
Figura 12: Unidade Profissionalizante Da Mulher Lídia de Almeida Bezerra (UPM).....	41
Figura 13: Sala de atendimento do grupo APOIO.....	42
Figura 14: Sala de Leitura.....	50
Figura 15: Brinquedoteca.....	50
Figura 16: Cineminha IPREDE.....	51
Figura 17: Núcleo de Promoção do Desenvolvimento da Criança e da Família Dr. Carlos Alberto Studart.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APOIO	Ações Para Obesidade Infantil e Orientações
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPREDE	Instituto de Primeira Infância
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDSA	Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário
ONG	Organização não Governamental
PNAS	Política de Assistência Social
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSG	Programa SENAC de Gratuidade
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNEVE	Unidade de Eventos
UPM	Unidade Profissionalizante Da Mulher Lídia de Almeida Bezerra

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CATEGORIAS: FAMÍLIA, CRIANÇA, VULNERABILIDADE SOCIAL, INCLUSÃO, ACOLHIMENTO	Erro! Indicador não definido.
2.1 Família e Criança	21
2.2 Vulnerabilidade.....	26
2.3 inclusão e acolhimento	30
3. INSTITUTO DE PRIMEIRA INFÂNCIA-IPREDE	33
3.1 Histórico da instituição.....	33
3.2 A estrutura física da instituição.....	35
3.3 Programas e Projetos Desenvolvidos na Instituição	42
4. O ACOLHIMENTO NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	48
4.1 Entrada no campo e as observações da pesquisa.....	48
4.2 O acolhimento das crianças no IPREDE	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA	57

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão do curso, cuja temática em pesquisa é *Criança em situação de vulnerabilidade: a importância do acolhimento no processo de inclusão social desenvolvido pelo Instituto de Primeira Infância (IPREDE)* tem por objetivo observar a importância do acolhimento no processo de inclusão social, destinado a crianças com faixa de 0 a 6 anos, em situação de vulnerabilidade, no IPREDE em Fortaleza-Ceará. Além disso, buscamos através dos objetivos específicos, identificar as atividades do acolhimento, descrever as ações realizadas no acolhimento e conhecer as medidas assistenciais às crianças acolhidas.

A Instituição tem como público alvo as crianças em situação de vulnerabilidade. No Brasil, nas últimas décadas, cresceu a desigualdade na distribuição de renda. Segundo o Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002) 1% dos mais ricos se apropria do mesmo valor que os 50% dos mais pobres, ou seja, é uma riqueza centralizada em apenas 1% da população. O Brasil não é um País pobre e sim desigual. As crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aquelas que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais, da pobreza da exclusão social, da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (2003) a taxa de extrema pobreza está centralizada no Nordeste, com quadro de evolução considerando-se os anos: 2004 com índice 16,5; 2011 com 9,3; e 2014 com 5,7. Assim, em sua totalidade o Nordeste promoveu um desenvolvimento no aspecto da desigualdade social no ano citado acima contribuindo para os mais vulneráveis.

A temática deste estudo, que aborda crianças em situação de vulnerabilidade, atendidas pelo acolhimento do IPREDE como processo de inclusão social, foi escolhida com certo receio, por medo de nos envolvermos sentimentalmente, e não sabermos separar o profissional do pessoal. Porém, este assunto despertava-nos interesse desde o início do curso de Serviço Social. Entretanto, tivemos a oportunidade de estagiar no período 2015.2 nesse Instituto, onde ampliamos o nosso conhecimento em relação a este assunto.

Temos o desejo de agregar conhecimento e poder contribuir como estudante de Serviço Social em pesquisas para o desenvolvimento de políticas no âmbito de acolhimento à criança e à família, para que possam ser trabalhados o vínculo e o

desenvolvimento infantil e familiar. De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), a criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Para que se possa compreender, de fato, a importância do acolhimento no processo de inclusão social desenvolvido pelo IPREDE, é preciso que se delimitem as categorias analíticas que irão dar embasamento ao estudo. No caso desta temática são apresentadas as seguintes categorias: família, criança, vulnerabilidade, inclusão e acolhimento.

A família representa o primeiro contato social que a criança tem, afinal, é no seio da mesma que a criança é acolhida. A vulnerabilidade torna a família frágil, faz com que ela manifeste dificuldades para organizar o cotidiano, em especial no aspecto da promoção do seu próprio sustento. Neste sentido, Souza (apud ENGELS, 2006, p. 60) afirma: A expressão “família” nem sempre foi a dos dias atuais, pois em sua origem, entre os romanos, não se aplicava sequer ao casal de cônjuges e aos seus filhos, mas apenas aos escravos. *Famulus* significa escravo doméstico e família era o conjunto de escravos pertencentes ao mesmo homem.

O papel que a família desempenha para o desenvolvimento de cada indivíduo é de suma importância, pois é nesse vínculo familiar que são transmitidos os valores morais e sociais que servirão de alicerce no processo de socialização da criança e do adolescente, assim como as tradições e os costumes trazidos de gerações.

Segundo Fachin (apud FERRARINI, 2010):

O padrão familiar tradicional era fundado no matrimônio, sendo o vínculo do casamento a única forma legítima de constituição da família. O caráter instrumental que lhe era conferido estava condicionado a interesses extrínsecos, sobretudo do Estado. A família não estava voltada à realização de cada indivíduo dentro do próprio grupo, mas, ao contrário, cada membro era visto como promotor dos interesses dessa instituição. O bom funcionamento da família, a sua prosperidade, era de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado (FACHIN apud FERRARINI, 2010, p.56).

Muitas modificações pertinentes ao conceito de família têm ocorrido no Brasil a partir dos anos de 1980. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 226, define a família como a base da sociedade, reconhece a união estável, entende que a entidade familiar pode ser formada por qualquer um dos pais e seus descendentes e estabelece que os direitos e deveres sejam igualmente exercidos pelo homem e pela mulher.

De acordo com Departamento Científico do Comportamento e Desenvolvimento, a primeira infância estabelece as bases do desenvolvimento físico, intelectual e psicossocial da criança e oferece as condições para que se torne um adulto capaz de conduzir com autonomia e prosperidade a sua vida. As boas vivências que a criança compartilha com seus familiares, a partir de então, vão moldando o seu desenvolvimento. Inicia-se nesta fase o aprendizado das regras de convivência: o que pode e o que não pode. Políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal vêm se desenvolvendo de modo integrado (VALOIS, 2013).

Segundo Martins (1993) a criança abandonada é apenas contrapartida do adulto abandonado, a sociedade no geral é abandonada. A situação de vulnerabilidade social está ligada diretamente à família pobre em miséria estrutural, agravada pela falta de emprego crise econômica para homens e mulheres, através da qual as crianças sofrem a consequência do desequilíbrio estrutural da sociedade.

De acordo com Abramovay (2002, p.30)

A vulnerabilidade social é definida como situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Essas oportunidades constituem uma forma de ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais. Assim, o conceito de vulnerabilidade social está indiretamente vinculado com o de mobilidade social, posto que as possibilidades que indivíduos em vulnerabilidade social possuem de se movimentarem nas estruturas sociais e econômicas são restritas em termos de modificação de inscrição social .

De acordo com a Constituição Federal de 1988 as articulações de ações públicas para a criança são garantidas no artigo 224, o qual prevê que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um

conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Na Política de Assistência Social (PNAS, 2004, p. 33), o público usuário é definido como os cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e riscos, tais como:

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculo de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem apresentar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p. 33).

Para melhor embasamento teórico do estudo na pesquisa foi necessária à utilização de métodos para que fosse traçado o percurso metodológico de análises dos dados. No caso desta, a temática foi utilizada a pesquisa de cunho documental, bibliográfica e de observação direta. O referido estudo trata uma pesquisa de natureza qualitativa, tem o intuito de entender como se dá o acolhimento às crianças atendidas no IPREDE.

De acordo com Minayo (1994, p.21):

A pesquisa qualitativa responde a questão muito particular. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser qualificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p.21).

Dessa forma, Marconi e Lakatos (2010) explicam que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento.

A fim de ampliar o conhecimento acerca das ações desenvolvidas pelo IPREDE fez-se necessário buscar autores que tratam do objeto da pesquisa, pois, a partir dessa coleta de dados junto aos autores, fica mais claro entender como funciona o programa. Conforme esclarece Gil (2002, p.44):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Tais vantagens revelam o compromisso da qualidade da pesquisa.

O método bibliográfico é de fundamental importância para entender as principais discussões que os autores abordam sobre o estudo e nos permite realizar um levantamento à procura de conceitos que nos ajudam a nortear e aprimorar a pesquisa.

Ampliando o conhecimento acerca das ações do Programa de Primeira Infância (IPREDE), no que tange ao processo de acolhimento das crianças e seus familiares que buscam atendimento na instituição, fez-se necessário buscar a visão que os mesmos apresentam sobre a pesquisa. Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p.266).

Foi de fundamental importância para a pesquisa o método bibliográfico, pois os autores apresentam diferentes conceitos e formas para se trabalhar as temáticas que estão sendo pesquisadas e nos ajudam a nortear um melhor embasamento e

aprimoramento da pesquisa. Conforme explica Gil (2002), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Após a realização do levantamento bibliográfico, que serviu como primeiro passo para colher informações necessárias, foi realizada a pesquisa de campo com o recurso metodológico da observação, assim conceituada: processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito desenvolver um entendimento científico daquele grupo (MAY, 2001).

Visando garantir os Aspectos Éticos da Pesquisa e obedecendo a resolução CNS466/12, que trata de pesquisa com seres humanos, antes da realização da pesquisa propriamente dita, será solicitada autorização à instituição para as observações nas dependências da mesma.

Esse método utilizado para o embasamento da pesquisa, que foi a realização de observações, é sem dúvidas um grande diferencial quando se trata do processo de elaboração da pesquisa, pois nos possibilita ter uma visão mais ampla do objeto de pesquisa.

Conforme esclarece Lakatos e Marconi (2003, pp.190-191):

Observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. É um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo e se constitui na técnica fundamental da Antropologia. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social (LAKATOS e MARCONI, 2003, p.190-191).

Para a realização da pesquisa sobre o IPREDE e suas ações no Estado do Ceará os documentos cedidos no campo foram de fundamental importância para

conseguirmos entender o trabalho de acolhimento que é realizado com as crianças e seus familiares que buscam atendimento no referido instituto.

De acordo com Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa documental foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2017, nas dependências do IPREDE, e se deu por meio dos dados fornecidos pelos profissionais que atuam no processo de acolhimento da instituição. Os registros foram realizados através dos documentos que tratam das atividades que são realizadas.

Não temos dúvidas de que a observação como método de pesquisa nos auxilia a ter um diagnóstico mais completo das problemáticas acerca da temática que estamos pesquisando. Nessa linha de pensamento, Gil (1999) nos diz que a observação “constitui elemento fundamental para a pesquisa”, pois é a partir dela que se torna possível delinear as etapas de um estudo: formular o problema, construir a hipótese, definir variáveis, coletar dados, etc.

Conforme Rúdio (2002), a observação é a aplicação dos sentidos humanos para obter determinada informação sobre aspectos da realidade. O autor reforça que o termo observação possui um sentido mais amplo, pois não trata apenas de ver, mas também de examinar e é um dos meios mais frequentes para conhecer pessoas, coisas, acontecimentos e fenômenos. No entanto, a observação é um método amplo de conhecimento da realidade.

As observações foram realizadas também nos meses de setembro e outubro. Em meio a uma breve conversa informal com a profissional de Serviço Social foi apresentado o acolhimento da instituição e suas particularidades. Durante a permanência no campo de pesquisa foi possível conhecer as medidas de

assistência às crianças acolhidas e seus familiares. Essas medidas são realizadas diariamente de segunda a sexta, com 60 atendimentos às famílias no período da manhã.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa dividimos os resultados em três capítulos. No segundo, trataremos sobre a importância do acolhimento no processo de inclusão social para crianças em situação de vulnerabilidade com destaque para a família, criança, vulnerabilidade e inclusão. No terceiro capítulo, apresentaremos o Instituto de Primeira Infância (IPREDE), com ênfase na estrutura física, nos programas e projetos que são desenvolvidos na instituição. No quarto e último capítulo apresentaremos os caminhos da pesquisa, através de breve relato sobre a aproximação com o campo, experiência com os sujeitos da pesquisa e a interpretação dos dados coletados através das observações realizadas.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CATEGORIAS: FAMÍLIA, CRIANÇA, VULNERABILIDADE SOCIAL, INCLUSÃO, ACOLHIMENTO.

Diante da dificuldade que encontramos em definir, ou tentar definir, certas categorias/grupos, tentamos neste capítulo discorrer algumas considerações que julgamos necessárias para um maior entendimento sobre nossa contextualização dentro do âmbito da pesquisa, ou seja, identificá-las para maior embasamento teórico sobre o estudo.

Neste capítulo, iremos abordar as principais discussões apresentadas pelos autores acerca das categorias Família, Criança, Vulnerabilidade, Inclusão e Acolhimento. Tais categorias foram selecionadas, considerando que, mediante as observações no campo, foram os principais fatores que culminam no dia a dia de uma criança/família que busca atendimento no IPREDE.

2.1 Família e Criança

Com bases sociológicas passadas de geração a geração, de uma maneira geral, podemos discorrer sobre a categoria família como uma instância que vai além de um simples convívio entre parentes. Parafraseando Gama (2008), o conceito de família corresponde ao primeiro contato de um indivíduo em termos de interação, valores morais, a partir do qual há um desenvolvimento educacional exteriormente e interiormente.

Assim, para Poster (1979), a família é apresentada em quatro modelos diferentes: a família aristocrática, a família camponesa (séculos XVI e XVII), a família proletária e a família burguesa (século XIX). Os modelos de famílias se modificam conforme o desenvolvimento da sociedade, estruturas emocionais, condições sociais, tudo de acordo com a ordem cronológica.

As crianças, de acordo com Áries (1981), eram vistas nos séculos XIV, XV e XVI como um adulto em miniatura. O tratamento social à criança não era diferenciado, mas igual ao dos adultos. Ser criança era um período breve da vida, no qual se misturavam aos mais velhos, pois logo era articulado com atividades de adultos. As crianças participavam de todos os assuntos da sociedade, adquiriam o conhecimento pela convivência social. Nesses séculos, os tratamentos não eram especificamente para a infância. Na verdade, não se falava sobre infância, já que as

mesmas eram envolvidas nas atividades adultas. Pelos estudos de Áries, os serviços domésticos se confundiam com a aprendizagem em forma de educação.

Algumas mudanças ocorreram a partir do século XVI, quando concepções referentes à criança e à infância são notadas. Na transição do século XVI para o XVII, na Europa, a criança começa a ser percebida como um ser diferente do adulto. Começa a surgir um sentimento de infância, um olhar mais crítico e atencioso para esse público, que até então era visto como uma miniatura, uma fase na qual não se dava tanta importância em políticas sociais, já que essas crianças sempre existiram independentemente de qual concepção a sociedade tivesse delas.

Áries (1981) destacou que, durante parte da Idade Média, as crianças eram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social, nem autonomia. Sabemos, também, que a ideia contemporânea de infância como categoria social, emerge com a modernidade e tem como principal berço a escola e a família no cotidiano de cada criança.

Na antiguidade o poder dos pais era absoluto sobre as crianças e, assim, era permitido matar, vender e até mesmo expor os filhos, sendo violados os seus direitos como cidadãos. Com o avançar dos séculos a sociedade vem dando ênfase à importância da primeira infância, com a implementação de políticas públicas para esse público que sempre existiu, mas era deixado de lado. Cabe aqui explicar que, segundo a Lei nº. 13.257/16, artigo 14, a primeira infância é considerada o período que abrange os primeiros 6 anos ou 72 meses de vida, no qual dispendo de políticas públicas para esse período:

As políticas e programas governamentais de apoio às famílias, incluindo as visitas domiciliares e os programas de promoção da paternidade e maternidade responsáveis, buscarão a articulação das áreas de saúde, nutrição, educação, assistência social, cultura, trabalho, habitação, meio ambiente e direitos humanos, entre outras, com vistas ao desenvolvimento integral da criança. (BRASIL, 2016)

Segundo Perlingieri (2002), família é formação social, garantida pela Constituição Federal de 1988, não por ser portadora de um direito superior ou superindividual, mas por ser o local ou instituição na qual se forma a pessoa humana. De acordo com o *Dicionário Aurélio* (2010), a palavra família significa:

Conjunto de todos os parentes de uma pessoa e principalmente, dos que moram com ela. Conjunto formado pelos pais e pelos filhos. Conjunto formado por duas pessoas ligadas pelo casamento e pelos seus eventuais descendentes. Conjuntos de pessoas que têm ancestral comum. Conjuntos de pessoas que vivem na mesma casa.

Optamos por trazer uma citação do *Dicionário Aurélio* para percebermos como o contexto familiar é tratado por muitos como algo meramente superficial. Toda a base construtiva social é deixada de lado. Toda a gama de sentidos que vão além de um simples grau de parentesco, ou de ancestralidade, como foi contextualizada no dicionário, é perdida.

De acordo como Minuchin (1985) família é um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas ligadas diretamente às transformações da sociedade, em busca da melhor adaptação possível para a sobrevivência de seus membros e da instituição como um todo. Cada autor conceitua família de uma forma diferenciada, entretanto, todos estão ligados em um ponto em comum: a importância na formação humana no aspecto do desenvolvimento.

No decorrer dos anos, a família contemporânea vem se modificando principalmente no perfil socioeconômico, com um quadro de desenvolvimento elevado, através de medidas públicas, como a criação de projetos do governo, porém, ainda há muito a evoluir.

A família reflete e é o reflexo das mudanças que ocorrem na sociedade, o que torna uma das manifestações importantes da vida social. Trata-se de uma construção humana responsável, basicamente, pelo cuidado e proteção de seus membros, pela socialização e produção de subjetividades. Apresenta, portanto, uma importância vital no modo de organização da sociedade ocidental como primeiro grupo de referência e de pertencimento do indivíduo e como transmissora da linguagem e da ideologia (REIS, 1989).

Reis (1989) oferece o percurso histórico da família contemporânea. O padrão dominante da família em nossa sociedade teve suas origens em meados do século XVIII, no interior da burguesia europeia. No século XIX tornou-se modelar de forma que se manteve quase inalterado até meados do século XX. Deriva de um modo de produção social em que privacidade, domesticidade, cuidados

maternos e relações íntimas entre pais e filhos foram necessários para a reprodução de uma ordem assentada na exploração da força do trabalho e na acumulação do capital.

Guaresch (1996) trata sobre o aparelho ideológico da família. Esse autor faz uma breve análise sobre a construção familiar, na qual a família é a instituição de primeiro contato do indivíduo ao nascer, em que convive direta ou indiretamente até a morte. Na família existem vários conflitos de gerações, hierarquia, poder e autoritarismo, relação de dominação. Impor ordem de acordo com hierarquia: o homem sendo autoridade maior manda na casa, a mulher educa os filhos, o irmão mais velho sobre o mais novo.

No entanto, a família é a principal ferramenta de personalidade pessoal do indivíduo. Ao trabalharem juntos e unidos interligam-se com o mesmo objetivo e resultado de agentes transformadores. Embora a família seja um agente transformador com base na estruturação da personalidade das pessoas, formação de ideias, opinião, mesmo sabendo que existem saberes diferentes, sendo que não há maior, melhor, ou pior, mas sim experiência pessoal agregada no decorrer da vida.

Para Reis (1989) a família é a formadora da nossa primeira identidade social. É o primeiro “nós” a quem aprendemos a nos referir. A atuação familiar é vivida intensamente pelos indivíduos, agindo poderosamente no exercício da subordinação ideológica, pois está presente desde o início da vida e é marcada por fortes componentes emocionais que estruturam de forma profunda a personalidade de seus membros.

A Legislação relata sobre o direito de ter uma família e a importância para criança no 6º Princípio da Declaração Universal dos Direitos das Crianças, em 20 de novembro 1959:

Para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor compreensão. Criar-se-á, sempre que possível, aos cuidados e sob a responsabilidade dos pais e, em qualquer hipótese, num ambiente de afeto e de segurança moral e material: salvo circunstâncias excepcionais, a criança de tenra idade não será apartada da mãe. À sociedade e às autoridades públicas caberá a obrigação de propiciar cuidados especiais as crianças sem famílias e aquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a prestação de ajuda oficial

e de outra natureza em prol da manutenção dos filhos de famílias numerosas (BRASIL, 1990, p.1).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº. 8.069, de julho de 1990, que regulamenta o direito da criança e do adolescente no Brasil, é importante em vários aspectos como, por exemplo, a igualdade de direitos aos filhos próprios da relação do casamento e aos filhos adotivos, ou seja, proíbe qualquer discriminação. A lei também aborda no artigo 21 a inclusão da mãe, afirmando que o “pátrio poder será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe”.

De tradição eminentemente patriarcal, a família brasileira foi tratada pela primeira vez por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, escrito em 1933, considerado um marco dos estudos sobre a família no Brasil. Freyre ateve-se à família do período colonial, introduzindo a referência básica ao modelo patriarcal imposto pela colonização de base europeia e adaptados às condições sociais da época, ou seja, um país latifundiário e escravista¹.

Portanto, o que percebemos é que a ordem jurídica através da lei acaba promovendo mudanças históricas e culturais que se processam na família contemporânea e, em geral, na sociedade. A partir disso temos um empoderamento da mulher como chefe de família e em outros departamentos.

As políticas e programas governamentais de apoio às famílias, incluindo as visitas domiciliares e os programas de promoção da paternidade e maternidade responsáveis, buscarão a articulação das áreas de saúde, nutrição, educação, assistência social, cultura, trabalho, habitação, meio ambiente e direitos humanos, entre outras, com vistas ao desenvolvimento integral da criança. (BRASIL, 2016, art.14)

Já a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO (2007) define a primeira infância, que se estende desde a concepção de bebê até os seis anos, momento em que é ingresso na educação formal. Isso quer dizer que envolve gestação, o parto e os primeiros anos de vida. Esta etapa é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, físico e socioemocional.

O investimento na primeira infância é a melhor maneira de reduzir as desigualdades sociais, enfrentar a pobreza e construir uma sociedade com

¹ Disponível em: < <http://www.revista.ufpe.br>>. Acesso em: 05 out. 2017.

condições sociais e ambientais sustentáveis (GRANTHAM-MCGREGOR et al., 2007). Um país considerado desenvolvido é aquele que investe em educação desde a infância, sendo assim, uma ótima maneira para erradicar todas essas mazelas sociais citadas acima. Seria investir nas crianças de hoje para se conseguir um alto nível de desenvolvimento amanhã, tanto no âmbito pessoal, quanto nas relações sociais. Diante disso, no próximo tópico, entraremos com uma discussão sobre a questão referente à vulnerabilidade.

2.2 Vulnerabilidade

A vulnerabilidade remete à ideia de fragilidade e de dependência, principalmente, relacionada aos mais pobres; apesar de existirem legislações, políticas sociais e Organização não Governamental (ONGs) que atenda a essa demanda. De acordo Sposati (2001), as vulnerabilidades na sociedade atingem mais a quem menos tem, mas nem por isso deve-se voltar a Política de Assistência Social para os 'invisíveis'. Associar vulnerabilidade ao termo risco defende explicitamente sua inclusão na esfera da assistência social. Para a autora “a noção de risco não implica somente a iminência imediata de um perigo, mas quer dizer também possibilidade, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de uma ação preventiva” (SPOSATI, 2001, p. 69).

As crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aquelas que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais; da pobreza e da exclusão social; da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização; da passagem abrupta da infância à vida adulta; da falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura; da falta de recursos materiais mínimos para sobrevivência; da inserção precoce no mundo do trabalho; da falta de perspectivas de entrada no mercado formal de trabalho; da entrada em trabalhos desqualificados; da exploração do trabalho infantil; da falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro; do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; da oferta de integração ao consumo de drogas e de bens, ao uso de armas, ao tráfico de drogas (ABRAMOVAY, CASTRO, PINHEIRO, LIMA, MARTINELLI, 2002).

Entretanto, essa criança em situação de vulnerabilidade está excluída da sociedade sem direitos básicos garantidos como moradia, alimentação, educação,

entre outros. Muitos perdem o vínculo familiar e isso dificulta a reintegração na sociedade, sem perspectiva de futuro. A família é, portanto, uma construção social que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, aquilo que se chama de “sentimento de família” (AMARAL, 2001), ou seja, é formado a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, que compõem o universo do mundo familiar, o qual é único para cada família, mas circula na sociedade nos relacionamentos com o meio social em que vivem.

De acordo com o ECA no artigo 23, a falta de recursos materiais por si só não constitui motivo suficiente para afastar crianças do seu convívio familiar e encaminhá-las para serviços de acolhimento ou inviabilizar sua reintegração. O afastamento apenas é justificado quando o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores é descumprida, conforme está explícito no artigo 22. Portanto, para se trabalhar com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, marcadas pelo abandono ou afastamento do convívio familiar, devemos compreender, antes de tudo, que esta vulnerabilidade aborda diversas modalidades de desvantagem social, mas principalmente a fragilização dos vínculos afetivos, relacionais, de pertencimento social ou vinculados à violência.

De acordo com Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), com a criação do Programa Brasil Carinhoso² em dois anos e meio, retirou 8,1 milhões de crianças e adolescentes da extrema pobreza em famílias que reúnem 16,4 milhões de pessoas (2009). A ação, parte do Plano Brasil Sem Miséria³, teve papel estratégico no combate à miséria no país, por enfrentar o problema na primeira infância, onde a concentração da pobreza extrema era maior. O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) em 2016 repassou R\$ 203 milhões para as prefeituras ampliarem o atendimento a crianças entre 0 e 48 meses. Entre 2011 e 2015, o crescimento de beneficiários do Programa Bolsa Família atendidos em

² O Programa Brasil Carinhoso consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil.

³ O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado em junho de 2011, voltado às famílias que viviam com uma renda familiar inferior a R\$ 70 mensais por pessoa. O plano é baseado em três pilares: garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; acesso aos serviços públicos, visando melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e inclusão produtiva, com o objetivo de aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades.

creches foi de 56% para alunos com até 3 anos de idade, chegando a 755,8 mil crianças no ano passado.

A medida estendeu-se com a ação que possibilitou a suplementação de vitamina A e sulfato ferroso para as crianças. Por meio do Nutri SUS, a alimentação de mais de 330 mil crianças foi suplementada com sachês multivitamínicos, que reduzem em até 38% os casos de anemia e em 20% a deficiência de ferro após o uso. A Ministra do Desenvolvimento Social e Agrário, Tereza Campelo (2016) apontou a redução das desigualdades entre ricos e pobres na educação como um dos principais desafios a serem enfrentados pelo Bolsa Família, entretanto, aperfeiçoando as políticas públicas de redução da pobreza.

Crianças até 6 anos representavam 10% da população, mas concentravam 17,4% do total de indigentes, o maior percentual entre as faixas etárias. Com a ação, 2,8 milhões de crianças de até 6 anos foram retiradas da extrema pobreza pelo aumento da transferência de renda para suas famílias. O país teve uma evolução no quadro, porém, ainda há muito a melhorar em relação às políticas públicas no combate à desigualdade social, à inclusão da criança em situação vulnerável (PAIVA, 2003).

A partir das análises realizadas com base na realidade e necessidade das pessoas com situação de vulnerabilidade social, torna-se possível a efetivação de leis e políticas que asseguram os direitos à inclusão social para a criança e a família em situação de vulnerabilidade, baseando-se nas Legislações tais como Constituição Federal de 1988, Lei nº. 13.257/16, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garantem os direitos sociais à educação, saúde, lazer, moradia digna, transporte e alimentação.

Segundo a Ministra Tereza Campello (2014⁴), os objetivos do Desenvolvimento Sustentável colocam em 3% a meta de extrema pobreza a ser atingida em 2030. “Mas é óbvio que o Brasil ainda tem muito a fazer, muita desigualdade a reduzir, muito a melhorar com relação à pobreza”. Segundo Dirce Koga (2007), a desigualdade social expressa não só a dimensão regional do país, mas também as desigualdades entre as cidades e o interior de cada uma.

⁴ Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/novembro/um-pais-menos-desigual-pobreza-extrema-cai-a-2-8-da-populacao>>. Acesso em: 25 out. 2017.

Situação de pobreza e desigualdade na distribuição de renda atinge cada vez mais as crianças em situação de vulnerabilidade.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2005) a dinâmica populacional está relacionada ao aspecto econômico estrutural, destacando-se a alta taxa de urbanização, espaços com índice de maior população. Estes serão produtores e reprodutores de um intenso processo de precarização das condições de vida e de viver, ou seja, da produção e reprodução da exclusão social, expondo famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidade.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2005):

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Segundo o Atlas da Vulnerabilidade Social Brasileira, na região Nordeste quase metade dos municípios (47,7%) estão agrupados na faixa da alta vulnerabilidade. Outros 32,4% estão na faixa de muito alta vulnerabilidade social. Os estados de Alagoas e Maranhão são os que apresentam o maior percentual de municípios nessas duas faixas de maior vulnerabilidade, com 96,1% e 95,4% respectivamente. No Maranhão, 78,8% dos municípios se encontram na faixa da muito alta vulnerabilidade social. Na faixa de baixa vulnerabilidade estão algumas das capitais como (Teresina-PI, Natal-RN, João Pessoa-PB e Aracaju-SE) e alguns poucos municípios do interior do Maranhão, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, da Bahia, do Piauí e do Ceará. Na faixa da baixa vulnerabilidade social há apenas um município nordestino - Fernando de Noronha (IPEA, 2015).

Nos estudos de Fonseca (2013) observamos medidas governamentais com o intuito da diminuição da questão da vulnerabilidade:

O Governo brasileiro criou diversas medidas para proporcionar melhor assistência às crianças carentes, que por diferentes motivos, ficam excluídas do quadro de saúde definido pela OMS. Entre as medidas adotadas encontra-se a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, a criação dos Conselhos Tutelares e os programas assistencialistas, como o Programa de Bolsa Família⁵ (PBF) e o Programa de Saúde na Escola⁶ (PSE). (FONSECA, et al., 2013, p. 261).

Contudo, é necessário ou exigência básica para assegurar tais ações um mínimo de conhecimento sobre essa parcela da sociedade em vulnerabilidade social. Diante disso, cabe ao assistente social o acompanhamento e a garantia para que os direitos sejam assegurados para as pessoas que se encontram nesse tipo de situação.

2.3 Inclusão e acolhimento

A inclusão social envolve medidas assistencialistas, políticas públicas de inclusão, embora esse processo esteja presente em vários países do mundo, esse percurso não vem ocorrendo de igual maneira em todos os países. Vale ressaltar que em alguns países esse fenômeno ocorreu de forma lenta, em outros se manifestou com grande rapidez. Nas décadas de 1990 e de 2000, o campo da assistência social foi atravessado por dois movimentos distintos e contraditórios: um em favor desta, vinculado à miséria e, portanto, alvo de ações focalizadas para os mais necessitados; e outro na defesa da expansão dos direitos com perspectiva universal (SPOSATI, 2009).

Para Sposati (2009), as medidas de políticas para o alívio da pobreza eram bastante favoráveis, no entanto, a pobreza é incontestavelmente o principal problema a ser resolvido. Não por acaso, inúmeros programas de alívio da pobreza

⁵ O Bolsa Família é um programa federal destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 154 mensais, que associa a transferência do benefício financeiro do acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social. Através do Bolsa Família, o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias mais necessitadas.

⁶ O Programa Saúde na Escola (PSE), política intersetorial da Saúde e da Educação, foi instituído em 2007. As políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral.

foram criados pelo Governo Federal, como Programa Bolsa Família, Programa Bolsa Escola.

Segundo Yasbek (1993), viver como excluída é a forma de inclusão possível em um mundo desigual. Embora o Estado tenha um papel fundamental na inclusão da criança, a família tem sua importância nesse processo de integração, autonomia e protagonismo da criança, pois, além do dever que a mesma tem de proteger, cuidar, amar, estar junto, é necessário também colaborar para que a criança tenha garantidos os seus direitos.

A convivência familiar e comunitária é o primeiro passo para essa participação social, assegurada pela Lei n.º. 8.067, de 13 de julho de 1990, sobre o Estatuto da Criança e Adolescente, que dispõe:

Art.4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, parágrafo 8º, afirma: “o Estado assegurará a Assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. No artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à convivência familiar, à convivência comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A inclusão se expandia para as ONGs nas décadas de 1990 e de 2000, ao serem criados projetos para os mais vulneráveis. O Instituto de Primeira Infância proporcionava às crianças vivências, experiências e trajetória de vida, havendo

compartilhamentos, propondo mudanças no cotidiano, criando novos vínculos e fortalecendo os existentes. A convivência com as instituições permitem às crianças e a seus familiares a integração e a socialização com os participantes do grupo e contribuir para a melhor qualidade de vida, tanto relacionadas à saúde como também à autoestima, contribuindo para a melhor convivência entre família, comunidade, sociedade.

É importante desenvolver alguma competência que influencie na formação de personalidade das crianças. Segundo Perrenoud (1999), a competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc.) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações que estão ligadas a contextos culturais, profissionais, e às condições sociais. Portanto, cada situação exige o desempenho de um conjunto diferente de competências.

Nesse contexto apresentado, ações de políticas públicas voltadas para crianças no período de desenvolvimento infantil, favorece a inclusão das mesmas com propostas contribuindo para uma sociedade cada vez mais homogênea. Sendo assim, são medidas que fazem as diferenças no processo inclusivo de acolher a criança na fase de vulnerabilidade.

As medidas assistenciais ganham fortalecimento através da Constituição Federal Brasileira de 1988, quando foram surgindo leis para amparar a criança e a garantia dos seus verdadeiros direitos como o Estatuto da Criança e do Adolescente. A Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe a proteção integral à criança e ao adolescente, possui 267 artigos e entrou em vigor 13 de setembro 1990, estruturado em sete títulos.

3. INSTITUTO DE PRIMEIRA INFÂNCIA-IPREDE

Neste capítulo será apresentado como se estrutura o Instituto de Primeira Infância (IPREDE), fazendo uma contextualização dos atendimentos que são desenvolvidos pelo referido instituto, bem como a estrutura física que é disponibilizada aos usuários que buscam atendimento.

Assim sendo, vamos descrever os principais programas que são desenvolvidos pelo Instituto de Primeira Infância (IPREDE) para a orientação e prevenção da obesidade infantil.

3.1 Histórico da instituição

De acordo com os documentos cedidos pela instituição foi possível perceber que o Instituto da Primeira Infância (IPREDE), situado na Rua Professor Carlos Lobo, nº 15, na Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza no Estado do Ceará, que sua fundação ocorreu em 1986 como Instituto de Prevenção da Desnutrição e da Excepcionalidade. Começou a trajetória histórica em consonância com a necessidade de prevenir e tratar crianças com desnutrição infantil e investimento na primeira infância, passando posteriormente a denominar-se Instituto da Primeira Infância.

Na década de 1980 no estado do Ceará havia uma realidade, no qual apenas 100 crianças em cada mil nascidas tinham possibilidade de alcançar um ano de idade e 30% das crianças desnutridas tinham sequelas de crescimento. Passados os anos a situação mudou bastante. O índice de desnutrição infantil é residual, entre 6% e 7% e a taxa de mortalidade abaixo de 20 por cada mil nascidos, provocando que a instituição evoluísse na sua missão⁷.

Entendendo a responsabilidade com a causa da criança e o compromisso ético com a sociedade, o IPREDE deu um novo passo, tornando-se um centro de referência sobre a primeira infância, um espaço de produção, ensino e divulgação da temática para a sociedade em geral. O Instituto desenvolve programas, projetos e

⁷ Disponível em: <<http://www.iprede.org.br>>. Acesso em: 15 out, 2017.

serviços em articulação com os diversos setores da sociedade, com fins públicos, foco na nutrição e desenvolvimento na primeira infância, bem como trabalha na geração e disseminação de conhecimentos técnico-científicos a partir dessas experiências adquiridas, a produção e promoção da cultura e da arte como instrumento de conscientização e valorização do cidadão.

Dos valores e metas encontrados no cotidiano, os que mais se destacam são: contribuir para a melhoria do nível da qualidade de vida, despertar crítica da consciência dos usuários, atendimento humanizado, favorecer o acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais existentes. (Disponível em <http://www.iprede.org.br>)

O IPREDE tem como missão promover a saúde e a nutrição da primeira infância, articulando-os com ações que visam ao fortalecimento das mulheres e da inclusão social de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e pobreza. Juntamente com a equipe de profissionais das áreas de Nutrição, Medicina, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Odontologia, Pedagogia, Assistência Social, Enfermagem e Psicomotricidade o IPREDE presta atendimento com base nos protocolos de atendimento a crianças desnutridas, propostos pela Organização Mundial da Saúde. (Disponível em <http://www.iprede.org.br>)

Com 30 anos de existência, a ONG, numa evolução natural de seu trabalho contra a desnutrição infantil, passou a atuar também no combate aos distúrbios nutricionais e à obesidade infantil, acompanha e avalia um programa transdisciplinar para causar impacto na prevenção e no tratamento da obesidade infantil. Assim, possui, hoje, um foco de atuação na primeira infância.

O trabalho desenvolvido pelas equipes multiprofissionais da ONG não visa somente à criança, mas também sua mãe, que recebe instruções e informações que a capacitam como multiplicadora de conhecimentos junto à comunidade. Os atendimentos, que chegam a, no mínimo, 80 por dia, totalizam cerca de 1.200 todos os meses, e diariamente a ONG serve cerca de 250 refeições às famílias assistidas.

3.2 A estrutura física da instituição

Figura 1 – Fachada da Instituição da Primeira Infância



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

O Instituto de Primeira Infância- (IPREDE) conta com um amplo espaço físico, organizado e dividido em vários setores os quais compõem: Centro de Excelência em Nutrição e Desenvolvimento da Primeira Infância que compreende o Núcleo de Atenção à Primeira Infância Ana Amélia Bezerra de Menezes; Núcleo de Promoção do Desenvolvimento da Criança e da Família Dr. Carlos Alberto Studart e Estação Conviver Tarcísio Mota Sá.

Figura 2: Canal PI (Canal Primeira Infância)



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

O Canal PI, complexo de comunicação da instituição, promove a divulgação científica e cultural relacionada à primeira infância. Um espaço voltado ao ensino e à formação de profissional, assim como à pesquisa e produção de conhecimento em sua área de atuação.

Figura 3: UNEVE – Unidade de Eventos



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

O UNEVE é considerado um moderno espaço dotado de ótimas condições técnicas e logísticas para a realização de cursos, treinamentos e eventos empresariais e culturais. Sua moderna estrutura está disponível para o mercado a custos favoráveis e nele podem ser realizados eventos com alta qualidade e eficácia, mas também com responsabilidade social.

Figura 4: Bazar do IPREDE



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

O Bazar IPREDE funciona de segunda a sexta feira e é o local ideal para doação de roupas de uso pessoal que não utiliza mais, itens de cama, mesa e banho, eletrônicos, livros, eletrodomésticos, móveis e brinquedos. Além disso, os preços que são ofertados pelos produtos são muito reduzidos. Caso a pessoa não tenha como ir até a instituição, pode entrar em contato e agendar a visita de um dos colaboradores para coletar material em sua residência.

Figura 5: Laboratório de Informática



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

O espaço para cursos de informática direcionados a mães/ cuidadoras e familiares, das crianças assistidas no IPREDE, proporcionando uma primeira inserção no universo digital.

Figura 6: Centro de Estudos e Pesquisas do IPREDE



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

O Centro de Estudos e Pesquisas do IPREDE é um espaço especial para receber estagiários, internos e residentes de medicina e de equipes multiprofissionais. Promove grupos de estudos, cursos, seminários, oficinas de qualificação e desenvolvimento institucional.

Figura 7: Centro de Excelência em Nutrição e desenvolvimento da Primeira Infância



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

Este espaço do Centro de Excelência e Nutrição na Primeira Infância envolve o Núcleo de Atenção à Primeira Infância Ana Amélia Bezerra de Menezes, Núcleo de Promoção do Desenvolvimento da Criança e da Família Dr. Carlos Alberto Studart e Estação Conviver Tarcísio Mota Sá.

Figura 8: Núcleo de Atenção Primeira Infância Ana Bezerra de Menezes



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

Já o Núcleo de Atenção Primeira Infância Ana Amélia Bezerra de Menezes é um ambiente agradável, aconchegante formado por salas de recepção, cadastramento e guarda de prontuários, dispensação de *kit* alimentar; espaços de acolhimento os quais envolvem cineminha, brinquedoteca, sala de leitura, palco para expressões cênicas, fraldário, banheiros infantis e adultos; sala de vacinação, sala de coleta dos dados antropométricos, salas de atendimento individual.

Figura 9: Estação Conviver



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

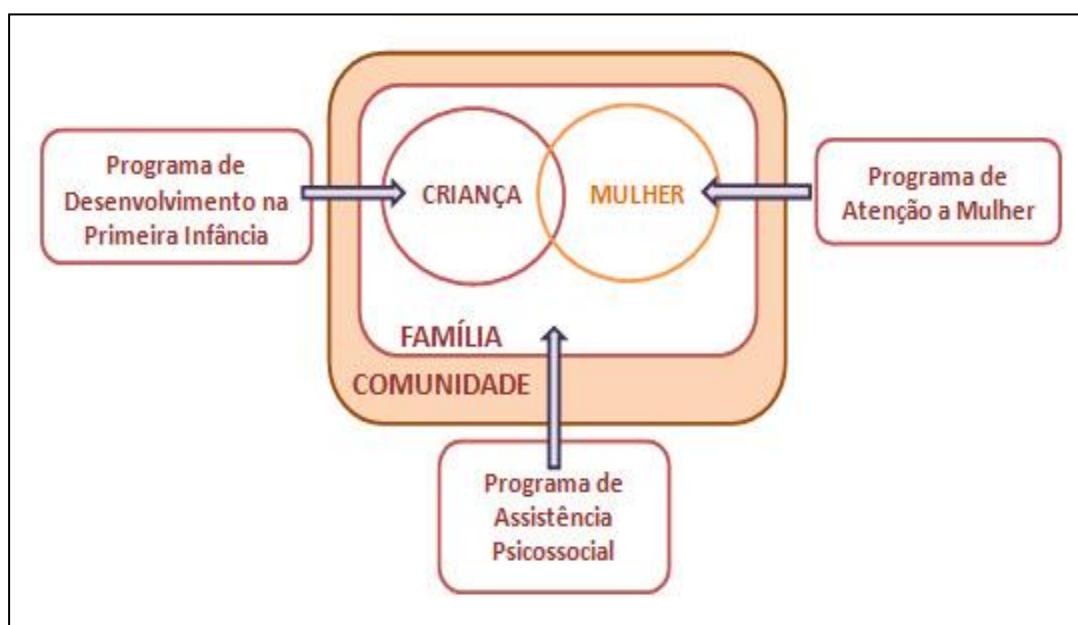
Já na Estação Conviver Tarcísio Mota Sá o espaço é amplo podendo ser utilizado para várias para atividades socioculturais, socioeducativas como festa do dia das mães, das crianças, natal, oficinas, reuniões, refeitório, dentre outras. O grupo conviver está inserido na estrutura organizacional do Programa de Atenção a Mulher, coordenado por mulheres, em que psicólogas possibilitam uma escuta das histórias de vida, narrativas dos sabores e dissabores das vivências diárias, das aflições e alegrias, das impotências e resiliências; enfim, da complexa dimensão da experiência cotidiana das mulheres/mães.

As reuniões do grupo tem a duração de 50 minutos, com de propostas dinâmicas, previamente planejadas, entre elas: atividades de recorte e colagem, jogos lúdicos, contação de histórias, filmes, dinâmicas de grupo, desenho e outras que são repensadas no decorrer do planejamento. É importante salientar que na implantação do grupo, em 2007, as mães se recusavam a ir, porque não desejavam “ouvir palestra como é no posto”; desta maneira, os temas são diversos, mas são abordados de forma lúdica e através do conteúdo que elas abordam.

3.3 Programas e Projetos Desenvolvidos na Instituição

O IPREDE se dedica-se à promoção da nutrição e o desenvolvimento na primeira infância, articulando-os com ações educativas, culturais que visam ao processo do fortalecimento das famílias em especial das mulheres. Assim, envolve a inclusão social das mesmas que vivem em situação de vulnerabilidade social e pobreza. Sua ação assistencial está sistematizada em três Programas:

Figura 10: Sistematização dos programas do IPREDE



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

O Programa de Assistência Psicossocial é desenvolvido pelo primeiro contato das crianças e seus familiares com a instituição, tendo como compromisso o acolhimento e respeito. O objetivo é oferecer às famílias e às crianças atendidas no IPREDE, um atendimento, por meio de uma equipe multidisciplinar, pautado no acolhimento e atitude humanizada. É um setor formado por assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e enfermeiras, recepcionistas e equipe de apoio. (Disponível em <http://www.iprede.org.br>)

Já o Programa de Desenvolvimento na Primeira Infância é responsável por assistir às crianças, através de ações de promoção do crescimento e desenvolvimento, considerando as necessidades e potencialidades individuais, em parceria com as famílias, e tendo em vista o contexto social, econômico e cultural em que vivem. É realizado por equipe multiprofissional: pediatras, enfermeiros, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, fonoaudiólogas, psicólogas, pedagogas e psicomotricistas⁸.

Figura 11: Sala da Psicomotricidade



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

No Programa de Atenção à Mulher é reconhecida a influência dos pais, das competências familiares, em especial, das mães, sobre o desenvolvimento dos filhos. Aliada a constatação de que as mulheres exercem um papel de liderança na família com raio de influência na comunidade, fundamenta-se a proposição desse

⁸ É o profissional que age na interface saúde, educação e cultura, avaliando, prevenindo, cuidando e pesquisando o indivíduo na relação com o ambiente e processos de desenvolvimento, tendo por objetivo atuar nas dimensões do esquema e da imagem corporal em conformidade com o movimento, a afetividade e a cognição.

Programa. Participam da equipe: assistentes sociais, psicólogas e psicomotricistas, com intervenções individuais e em grupo.

De acordo com os dados coletados no campo da pesquisa foi possível verificar que o Projeto Mãe Colaboradora foi implementado em janeiro de 2008 e hoje se configura como um conjunto de ações sistemáticas e integradas, que já favoreceram até aqui uma série de mudanças significativas na vida e nas famílias das mulheres beneficiadas.

Além disso, através deste projeto, as participantes adquirem habilidades produtivas em uma proposta de formação em serviço, baseada numa ação pedagógica pautada em investimentos no seu crescimento pessoal, familiar e social. Como uma das principais atividades institucionais idealizadas para as mulheres, objetiva oferecer uma formação em serviço, buscando desenvolver habilidades e competências para o universo do trabalho, com forte investimento em autonomia e autoconhecimento.

Salientamos que Projeto Mãe Colaboradora promove oportunidades educativas para as mulheres, principais educadoras e cuidadoras dessas crianças, para que estas, utilizando-se das competências desenvolvidas ou fortalecidas, passem a atuar de forma a melhorar as condições de vida pessoal e familiar, criando oportunidades para discussão, informação e sensibilização sobre temas relativos à educação, relacionamento familiar, autocuidado e cuidado com os filhos, violência doméstica, resolução de conflitos, acesso a direitos.

A Unidade Profissionalizante da Mulher realiza capacitações ocupacionais para mães/cuidadoras das crianças, possibilitando a transformação social da família. Oferta cursos em parceria com o Programa SENAC de Gratuidade⁹ (PSG) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC¹⁰).

⁹ É mais uma ação da Instituição para promover a inclusão social. O PSG oferece, desde 2009, vagas gratuitas em cursos de Formação Inicial e Continuada (Aprendizagem, Capacitação e Aperfeiçoamento), e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Qualificação e Habilitação Técnicas), com custo zero à população brasileira de baixa renda.

¹⁰ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

De acordo com dados da instituição em 2013 foram organizados 21 turmas, com ofertas de 13 cursos nas áreas de moda, beleza, hotelaria e artesanato, formando 235 alunos (as), entre os quais 58 são mães/cuidadoras de crianças acompanhadas na instituição. Vale ressaltar que as mães, durante a realização dos cursos, recebem como contrapartida um recurso financeiro para auxiliar no transporte, entretanto a exigência de nível fundamental ou médio completo restringe o número de mães/cuidadoras beneficiadas.

Figura 12: Unidade Profissionalizante Da Mulher Lídia de Almeida Bezerra (UPM)



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

O Espaço de ensino-aprendizagem de mão de obra especializada e aprimoramento do potencial de trabalho das mães/ cuidadoras e familiares, das crianças usuárias da instituição, conta com recepção, salas de aulas, cozinha pedagógica, salão de beleza, corte e costura entre outras. Além disso, existe espaço para cursos de informática direcionados a mães/ cuidadoras e familiares das crianças assistidas no IPREDE, proporcionando uma primeira inserção no universo digital,

Visando ao combate à obesidade infantil, o Projeto de Extensão da Universidade Federal do Ceará, criou o grupo de Ações para Obesidade Infantil e

Orientações (APOIO), que atua no IPREDE. O trabalho do grupo APOIO é voltado para crianças obesas, de 0 a 6 anos de idade, que são avaliadas por médico e nutricionista. Além das crianças, pais e cuidadores também são acompanhados por uma equipe multiprofissional, que desenvolve atividades, como: palestras, *workshop* de culinária, filmes educativos e atividades ludo pedagógicas.

O referido projeto entende que a obesidade é considerada um dos principais problemas de saúde pública, uma epidemia no Brasil. O excesso de peso acomete uma em cada três crianças brasileiras e, ocorrendo na infância, pode persistir na vida adulta.

Figura 13: Sala de atendimento do grupo APOIO



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

As famílias assistidas pelo IPREDE são, em sua maioria, de baixa renda, porém a instituição atende todas as classes sociais. As famílias que buscam atendimento no IPREDE chegam de duas formas: por meio da demanda espontânea, em que a responsável pela criança vai até a instituição e passa pela triagem para averiguar se a criança está com obesidade. Caso seja evidenciada a ocorrência, é feito o acompanhamento pela equipe multidisciplinar da instituição.

Além disso, essas famílias podem ser encaminhadas pelas redes de apoio, como postos de saúde, que providenciam o encaminhamento da criança para a instituição especializada.

O tratamento é destinado a crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade. Destacamos que todo acompanhamento é realizado pelos profissionais que fazem parte da instituição. Além disso, existe uma parceria com as clínicas de saúde e o Lab Lus quando a criança necessita realizar algum exame mais específico e gratuito.

O IPREDE atende crianças de todas as localidades, através de demandas espontâneas, que procuram atendimento na instituição. Ressaltamos que a procura por atendimento se dá sempre pelos cuidadores, responsáveis pela guarda da criança.

Por fim, o Instituto desenvolve programas, projetos e serviços em articulação com os diversos setores da sociedade, com fins de desenvolvimento na primeira infância, bem como trabalha na geração e disseminação de conhecimento, o que corresponde aos seis primeiros anos de vida. A partir dessas experiências adquiridas, busca a produção e promoção da cultura e da arte como instrumentos de conscientização e valorização do cidadão.

4. OBSERVAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Neste capítulo serão apresentados os dados da observação direta – contato com o campo da pesquisa. Ademais, serão discutidas as impressões que foram realizadas durante a construção da pesquisa na entrada no campo.

Além disso, através de observações empíricas, vamos apresentar os principais programas e ações voltadas para o acolhimento das crianças e sua família que buscam atendimento no Instituto de Primeira Infância (IPREDE).

4.1 Entrada no campo e as observações da pesquisa

O contato com o campo iniciou-se ainda quando fui estagiária da instituição no ano de 2015. Quando iniciamos a construção da pesquisa retornei ao IPREDE para ter um conhecimento mais amplo sobre as ações que são desenvolvidas pela referida instituição. Inicialmente, sinalizamos que as descrições realizadas foram fruto de observação direta no campo de pesquisa entre os meses de setembro e outubro de 2017, nas quartas e sextas-feiras, no período da manhã.

Ao iniciar as observações no campo, foi pedido pela assistente social da Instituição que os nomes dos pacientes fossem mantidos em sigilo, para que as crianças e suas famílias não fossem expostas.

Foi possível verificar que semanalmente ocorriam rodas de conversa com quatro famílias individualmente, quando era realizado um esclarecimento acerca do funcionamento da Instituição que atende crianças com desnutrição ou obesidade, com faixa etária de 0 a 6 anos. A técnica de enfermagem realiza a pesagem, preenche a ficha de controle; a assistente social pede para a família aguardar e leva para a nutricionista verificar os parâmetros (altura, faixa etária e peso). O objetivo é realizar a triagem de acordo com os parâmetros da instituição com intuito de acolher a família e identificar a particularidade de cada.

Verificamos que a criança chega à Instituição de duas maneiras: primeiro por demanda espontânea, em que a família procura atendimento no IPREDE e segundo por encaminhamento de algum estabelecimento de saúde de qualquer lugar do Estado. A assistente social realiza esse acolhimento às famílias, identifica a

necessidade individual e acompanha o desenvolvimento de acordo com a necessidade de cada.

O IPREDE realiza atividades no acolhimento para crianças assistidas com distribuição de brindes e muitas brincadeiras, dança das cadeiras, passa a bola e *karaokê*, com direito a oficina de educação alimentar. As atividades trabalham o desenvolvimento, vínculos entre as crianças e seus familiares com o intuito de promover a inclusão das crianças e seus familiares.

Por fim, destacamos que foi por meio das observações realizadas em campo que a importância do trabalho desenvolvido pelos profissionais do IPREDE, sejam eles efetivos ou voluntários, para que as crianças e familiares que buscam atendimento na instituição possam ter um acolhimento adequado, desde a chegada da criança até sua saída, visando à garantia de seus direitos e assegurando um tratamento mais propício para a demanda que é atendida.

Enquanto pesquisadora foi possível termos uma visão que foi além dos profissionais que estão numa plena rotina com os atendimentos que são realizados. Além do mais, o que há em comum nos dias observados foi a persistência em promover a inclusão por parte da Instituição junto com a equipe multidisciplinar: Assistentes Sociais, Técnicos de Enfermagem, Nutricionista, Pediatra, Psicóloga, o comprometimento com a sociedade em inserir atividades de qualidade no acolhimento, com ações de projetos e programas de inclusão às crianças assistidas e seus familiares.

4.2 O acolhimento das crianças no IPREDE

Iniciamos a discussão acerca do processo de acolhimento das crianças no IPREDE, ressaltando que a primeira infância é considerada um período fundamental no desenvolvimento mental, emocional e de socialização do indivíduo. Entre zero e seis anos de idade as estruturas físicas e intelectuais de crescimento e aprendizagem emergem e começam a estabelecer os fundamentos para o resto da vida do indivíduo.

De acordo com o Marco Legal da Primeira Infância:

A primeira infância é o período de responsabilidades parentais mais amplas (e intensas) em relação a todos os aspectos do bem-estar da criança contemplados pela Convenção: sua sobrevivência, saúde, integridade física e segurança emocional, níveis de vida e atenção, oportunidades para brincar, aprendizagem e liberdade de expressão. Em consequência, a realização dos Direitos da Criança depende em grande medida do bem-estar e dos recursos que estão disponíveis àqueles que têm a responsabilidade de cuidar das crianças. Reconhecer estas interdependências é um ponto de partida adequado para planejar a assistência e os serviços dos pais, representantes legais e outros cuidadores (BRASIL, 2016, p. 51-52).

Faz-se necessário dizer que a Primeira Infância é importante, pois nela se estruturam as bases fundamentais do desenvolvimento humano, e que o cuidado com as crianças tem que ser integral. Além disso, o contexto familiar é considerado o lugar privilegiado para a promoção do desenvolvimento infantil. Nesse sentido, Cypel (2010) reconhece que investimentos para aprimorar as condições de vida neste período permitem a criação de sociedades harmônicas, acolhedoras e respeitosas com o ser humano.

O acolhimento pode ser caracterizado como uma prática destinada a atender a todos os usuários que buscam qualquer serviço, seja ele público ou privado, e se caracteriza por acolher, orientar e escutar os indivíduos, além de fornecer respostas adequadas a esses e/ou seus familiares.

De acordo com Ferreira (1975):

Acolher é dar acolhida, aceitar, dar ouvidos, dar créditos a, agasalhar, receber, atender, admitir. O acolhimento como ato ou efeito de acolher expressa, em suas várias definições, uma ação de aproximação, um “estar com” e um “estar perto de”, ou seja, uma atitude de inclusão (FERREIRA, 1975).

Conforme explica Abbês (2007) o acolhimento não é uma simples triagem, mas sim, uma ação que deve ocorrer em todos os locais e momentos dos serviços e engloba compartilhar saberes, necessidades, possibilidades, incertezas e reinvenções. Além disso, implica prestar um atendimento com resolutividade e responsabilização, orientando, quando necessário, as pessoas na resolução de suas demandas.

Neste sentido o IPREDE, em sua filosofia de trabalho, pactua com os princípios do Sistema Único de Saúde – (SUS) e da Política de Assistência Social, em especial, o acolhimento, tanto que nomeia um de seus programas como Acolhimento e Assistência Psicossocial.

A transformação na forma de acolher na instituição se deu mediante estudos, tomando por base o conceito de que o ato de acolher é uma ação prioritária de uma política de favorecimento à cidadania e de acesso a direitos. O setor de Acolhimento foi criado como sendo o primeiro passo para todo o itinerário de atendimento interdisciplinar, destinado tanto às crianças em tratamento na instituição como às suas famílias.

Os espaços de acolhimento são divididos em quatro ambientes projetados para receber as crianças e suas mães e oferecer ambientes lúdicos e artísticos, mediados por um educador, que facilita as atividades e experiências estéticas. Para Montagner, pesquisador francês e inspirador dos espaços de acolhimento, o ponto fundamental de sua proposta está na construção de espaços onde a criança, possa dedicar-se a atividades que a acalmem e as ajude a sentirem-se acolhidas.

Ela pode ir para uma sala de pintura ou para uma área onde simplesmente ouça uma música, ou leia, ou fique quieta, ou escreva. Enfim, a criança deve ser recebida em um ambiente acolhedor e ser respeitada enquanto pessoa. Isso provoca um estado de paz de espírito. O programa oferecido atende a essa filosofia de trabalho e respeitam as especificidades de faixa etária, condições de saúde e estrutura familiar de cada criança atendida na instituição.

Figura 14: Sala de Leitura



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

As atividades realizadas na Sala de Leitura Mundo de Jade promovem uma aproximação à literatura, às narrativas escritas, à leitura de histórias; o que desperta nas crianças e mães o prazer de ser ouvinte, imaginar os acontecimentos, conviver com os personagens e lugares narrados nos textos.

Figura 15: Brinquedoteca



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

A brinquedoteca é composta por mesas, cadeiras, bancos, jogos e brinquedos, feitos em madeira, pintados com cores primárias, com luminosidade natural, vinda dos janelões. Além disso, é um lugar para as crianças exercerem suas fantasias e criatividade, escolherem suas brincadeiras, em grupo ou individual. A participação do adulto é de facilitador das atividades, respeitando as escolhas feitas pelas crianças.

Figura 16: Cineminha IPREDE



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

Outro espaço utilizado para atividades e acolhimento das crianças em atendimento no IPREDE é o Cineminha que oportuniza a visualização de desenhos animados, curtas-metragens, espetáculos de dança e circo; imagens produtoras de afetos, simbolização da vida, abertura à criatividade e vivência da diversidade presente na sociedade.

Figura 17: Núcleo de Promoção do Desenvolvimento da Criança e da Família Dr. Carlos Alberto Studart



Fonte: Disponível em <http://www.iprede.org.br>

O Núcleo de Promoção do Desenvolvimento da Criança e da Família Dr. Carlos Alberto Studart é constituído por salas de atendimento individual e em grupo. Tem a sala de mediação do vínculo mãe/filho, psicomotricidade, grupo de convivência das mães/ cuidadoras, intervenção clínica precoce a bebês, puericultura a recém-nascidos de baixo peso ou muito baixo peso, pediatria, nutrição e serviço social.

Por fim, verificamos durante a realização da pesquisa que o acolhimento inicial às famílias é realizado por uma equipe multiprofissional, encarregada de realizar as primeiras aproximações com o usuário, através de roda de conversa, no sentido de acolher expectativas, apresentar a instituição para ir delineando os termos de nosso, conhecer a necessidade da família assim realiza a triagem de acordo com os parâmetros.

No segundo encontro, a assistente social apresenta o contrato de convivência institucional e participação nos programas. Nessa trajetória, além das respostas às demandas de saúde, são vivenciadas experiências que valorizam o processo de autonomia das mulheres e cuidadoras, a capacidade de resiliência, a compreensão e a atitude de ser um sujeito de direitos, além da importância do respeito a sua cidadania e de cuidados com seus filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo observar a importância do acolhimento no processo de inclusão social, destinado às crianças entre 0 a 6 anos, em situação de vulnerabilidade, no Instituto de Primeira Infância – (IPREDE) em Fortaleza no Estado do Ceará. Além disso, tivemos como objetivos específicos identificar as atividades do acolhimento, descrever as ações realizadas no acolhimento e conhecer as medidas assistenciais às crianças acolhidas.

Em virtudes dos fatos citados anteriormente, concluímos que a inclusão vem sendo aprimorada, visando atender a necessidades de sua clientela (crianças assistidas e suas mães). Através de atividades sócio-educativas e ações realizadas com objetivo de esclarecimento de acordo com necessidade de cada família, são adotadas medidas assistenciais e a inserção da criança e familiares de acordo com o programa de promoção como, por exemplo, o programa mãe colaboradora, com a inclusão da mãe ao mercado de trabalho.

Durante a realização da pesquisa foi possível observar que o acolhimento destinado às crianças e seus familiares no IPREDE é um grande diferencial, pois são oferecidos espaços, em que as crianças podem sentir-se à vontade durante a realização de seu atendimento na Instituição. Além disso, as mães que estão com filhos em atendimento podem participar de cursos e atividades que visem à qualificação profissional.

Pudemos verificar, a partir do levantamento bibliográfico, que existem inúmeras leis que amparam as pessoas desde a Constituição Federal de 1988. Porém, há uma grande divergência entre a Legislação e a efetivação das mesmas. Infelizmente, as políticas não alcançam a quem delas necessitam e, assim, fragilizam cada vez mais o desenvolvimento e autonomia dessas pessoas. Salientamos a necessidade de efetivação das leis, pois os direitos das crianças estão totalmente vinculados aos Direitos Humanos, e não podemos permitir sua negligência.

Após todos os estudos realizados, observamos o quanto é importante e necessário o olhar cada vez mais sensível para as necessidades daquelas pessoas em situação vulnerável. Não restam dúvidas que as crianças só terão seus direitos

enquanto cidadãos garantidos se houver uma participação do coletivo de forma a contribuir para a efetivação desses direitos.

Percebemos através da realização do presente estudo que, com acolhimento de qualidade e ações interventivas pode ser um grande diferencial no tratamento das crianças que estão em atendimento no IPREDE. Faz-se necessário acrescentar que o Instituto de Primeira Infância (IPREDE), desenvolve trabalho fundamental no tratamento da desnutrição e na orientação e cuidado de crianças com obesidade, existindo uma grande carência desses serviços no estado do Ceará. A referida instituição consegue realizar um atendimento de qualidade, visando à humanização e bom acolhimento em seus atendimentos.

Por fim, as observações empíricas nos permitiram entender que o IPREDE, através do Programa de Acolhimento e Assistência Psicossocial, vem construindo uma nova forma de acolhimento, através de espaço e postura dos seus profissionais que priorizam todos os momentos como oportunidades para promover e estimular o desenvolvimento das crianças e o fortalecimento do vínculo com seus cuidadores.

Além disso, percebemos que, ao promover a construção do processo de inclusão das famílias em situação de vulnerabilidade, é possível encontrar soluções e desenvolver atitudes e habilidades que, evidenciando as competências individuais e coletivas, promovem uma transformação na realidade das crianças, oportunizando o desenvolvimento saudável. Salientamos que essa pesquisa sobre acolhimento no processo de inclusão social para crianças em situação de vulnerabilidade, será dada continuidade em passos futuros da nossa carreira acadêmica e profissional.

REFERÊNCIAS

ABBÊS, C. **O Acolhimento como Rede de Conversações**. 2007.

ABRAMOVAY, M; CASTRO, G. M.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C.C. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO/ BID, 2002.

AMARAL, C.C.G 2001. **Família às avessas: gênero nas relações familiares de adolescentes**. Ed. UFC, Fortaleza.

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AURELIO, **O mini dicionário da língua portuguesa**. 4a edição revista e ampliada do minidicionário Aurélio. 7a impressão – Rio de Janeiro, 2002.

BOCCATO, V.R.C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo 2006 set-dez; 18(3)265-74

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a convenção sobre os Direitos da Criança.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Estudos do Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria** - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.

_____. **Política nacional de assistência social PNAS/2004**: norma operacional básica – NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2005.

_____. **Avanços do marco legal da primeira infância**. Caderno de trabalho e debates, Brasília, 2016.

CYPEL S. (Org.). **Fundamentos do desenvolvimento infantil**: da gestação aos 3 anos. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3ª Ed. São Paulo: Centauro, 2006.

FERRARINI, Letícia. **Famílias simultâneas e seus efeitos jurídicos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. P. 27.

FONSECA, Franciele Fagundes et al. **As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção**. Rev. paul. pediatr. [online]. 2013, vol.31, n.2, pp.258-264. ISSN 0103-0582.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Apostila.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**, 50ª edição. Global Editora. 2005.

GRANTHAM-MCGREGOR, S. et al. **Developmental potencial in the first 5 years for children in developing countries**. The Lancet, London, v. 369, n. 6, p. 60-70, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.
GROPPO, Luis Antônio. Juventude: **Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Moderna**. 1, Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000. 308, p. ISBN 85-7432-007-2.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUARESCHI, P. **A ideologia**: um terreno minado. In: Psicologia & Sociedade. 8(2): p.82-94; jul./dez., 1996.

IPREDE. Disponível em <http://www.iprede.org.br>

IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros** / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília:, 2015. 77 p. gráfs., mapas color. ISBN: 978-85-7811-255-4.

KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade; **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo. Atlas, 2003.

MAY, T. **Pesquisa social. Questões, métodos e processos.** Porto Alegre, Artemed, 2001

MINUCHIN, P. **Families and individual development:** provocations from the field of family therapy. *Child Development*, v. 56, p.289-302, 1985.

PAIVA, Beatriz Augusto (Coordenadora). **Bases de Construção do Sistema Único da Assistência Social – SUAS.** Relatório Final de Consultoria ao MDS, 2003.

PERRENOUD, Ph. (1999) **Pedagogia Diferenciada**, Porto Alegre, Artmed Editora.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil.** Tradução de Maria Cristina De Cicco. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 243.

POSTER, M. **Teoria crítica da família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Relatório Conciso. Bases sólidas educação e cuidados na primeira infância.** Brasília: UNESCO, 2007.

REIS, José Roberto Tozoni. **Família, emoção e ideologia.** In: LANE, Sílvia; CODO, W. (Orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento.* 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SPOSATI, A. **Desafios para fazer avançar a política de assistência social no Brasil.** *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XXII, n. 68, 2001, p. 54-82.

VALOIS, Lilia. **Publicidade dirigida a criança:** a necessidade de uma regulamentação específica. Recife, 2013.

YASBEK, M.C. **Classes subalternas e assistência social.** Cortez Ed.SP,1993.